

## A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA PESQUISA NOS CURSOS DE LETRAS: UMA PERSPECTIVA DE (RES)SIGNIFICAÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL

Jocyare Souza<sup>1</sup>

**RESUMO:** Trazemos, aqui, reflexões acerca do que se estabelece no artigo 14 das Diretrizes Curriculares Nacionais, em que é enfatizada a necessidade de uma maior flexibilidade dos cursos de graduação em Letras; esse mesmo artigo, em seu parágrafo primeiro, afirma que “a flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional”. Interessa-nos compreender o deslocamento de sentido da Pesquisa Institucional – de garantia de autonomia universitária / garantia da identidade de fundação comunitária para espaço real de produção de conhecimento frente às relações sociais; assim como entender o funcionamento da pesquisa, isto é, o movimento dos sentidos por ela construídos a partir de um Projeto Pedagógico de Curso.

**PALAVRAS-CHAVE:** pesquisa; ensino; extensão; autonomia universitária.

**ABSTRACT:** We bring here some reflections on what is established in Article 14 of the National Curriculum Guidelines in that it emphasized the need for greater flexibility of graduate courses in literature; in its first paragraph, the same article states that "flexibility will cover the theoretical and practical dimensions of interdisciplinarity, knowledge to be taught, the underlying pedagogical action, the common and specific training as well as the different levels of knowledge and intellectual and professional autonomy". We are interested in understanding the shifting meaning of Institutional Research - guarantee university autonomy / identity assurance community foundation for real production space facing knowledge of social relations; as well as understand the workings of the search, ie, the movement of the senses she built from a Pedagogical Project Course.

**KEYWORDS:** research; teaching; extension; university autonomy.

### INTRODUÇÃO

Nos anos 1990, sobretudo no governo de Fernando Henrique Cardoso, as políticas públicas são reformuladas por meio da reforma de Estado que causou modificações significativas nos padrões de intervenção estatal, redirecionando mecanismos e formas de gestão e, conseqüentemente, as políticas públicas e, particularmente, as políticas educacionais. O conjunto dessas ações no âmbito educacional resultou, em 1996, na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional [LDB], nº. 9.394, que pôs fim ao modelo único, assumindo e estimulando a diversidade institucional – entendida como especialização de serviços. A partir de então, o critério utilizado para definir uma Universidade tornou-se a

---

<sup>1</sup> Docente do Programa de Mestrado em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde. Atualmente, sob orientação do Prof. Dr. Eduardo Guimarães, integra o grupo de pesquisa Semântica do Acontecimento - IEL - UNICAMP e, em nível de pós-doutoramento, dá continuidade aos seus estudos sobre designação, abordando questões que englobam a temática afro-indigenista.

qualidade dos seus serviços e, em decorrência desta, a autonomia para abrir e fechar cursos. A substituição das Universidades tradicionais por instituições em que preponderam atividades de ensino ou de pesquisa revela a relevância da Universidade e da pesquisa no cenário dos anos 90: potencialização de conhecimentos, técnicas e instrumentos de produção dos profissionais, que maximizam produtividade e transferem mais valor aos resultados do seu trabalho (DURHAM, 1998, p. 14-15).

Os princípios da Constituição vigente no país reforçam a necessidade de democratização do acesso e da melhoria da qualidade da educação, nos seus diferentes níveis, num contexto marcado por profundas mudanças nas expectativas e demandas educacionais da sociedade brasileira. As Constituições Federal e Estadual dispõem sobre Princípios e Fins da Educação Nacional; esses são reforçados na LDB/96 e, especialmente, no art. 1º, enfatizam que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais, nas organizações da sociedade civil, nas manifestações culturais” (BRASIL, 1988). Assim, a formação superior contemplada na Proposta Pedagógica deve se apoiar nos pareceres e diretrizes do Conselho Nacional de Educação que levam em consideração o estímulo à criação cultural, ao desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; essas diretrizes, ao retomarem a Constituição e repetirem o princípio da interação ensino-pesquisa-extensão, visam a Instituição de Ensino Superior como produtora do saber e especialmente voltada para as necessidades formativas e tecnológicas da sociedade.

Segundo Cury (2004), a LDB/96 ressalva para a Educação Superior um conjunto de princípios que indicam alterações para esse nível de ensino; direcionado, de um lado, pelos processos de descentralização e flexibilização e, de outro, por novas formas de controle e padronização por meio de processos avaliativos. A LDB/96 determina, portanto, a partir de suas regulamentações, que o desenvolvimento da **pesquisa é um dos requisitos básicos para que a Universidade Brasileira garanta sua autonomia.**<sup>2</sup> Logo, o funcionamento da pesquisa nas Universidades Brasileiras reproduz um lugar comum: as condições da Autonomia dependem de uma lei reguladora.

As considerações que faremos, neste estudo de caso, buscam, ao tratar de uma situação particular, responder qual é a eficiência da LDB/96 para fazer produzir pesquisa na

---

<sup>2</sup> Durante o texto, marcamos em negrito trechos que remetem à pesquisa e que, considerando o objetivo de nossas análises, julgamos importante destacar.

Universidade Brasileira, uma vez que a Instituição de Ensino analisada se localiza no cenário nacional e tem, como as demais universidades brasileiras, que estabelecer sua política educacional a partir do dispositivo estabelecido pela lei; buscaremos compreender como essa Universidade particulariza a questão e, dessa forma, entender como a pesquisa é significada e, por conseguinte, desenvolvida e trabalhada em uma Universidade Privada do Estado de Minas Gerais (a qual passaremos a chamar, pois questões éticas, de ‘UNIVERSIDADE X’) – mais especificamente no Curso de Graduação em Letras - a partir da análise de documentos internos da Instituição: Projetos Pedagógicos do Curso de Letras no período de 2005 a 2007.

### **1. A pesquisa institucional**

A partir dessas considerações, interessa-nos compreender o deslocamento de sentido da Pesquisa Institucional – de **garantia de autonomia universitária / garantia da identidade de fundação comunitária para espaço real de produção de conhecimento frente às relações sociais**; assim como entender o funcionamento da pesquisa, isto é, o movimento dos sentidos por ela construídos a partir de um Projeto Pedagógico de Curso, bem como sobre o modo por meio do qual se institucionaliza um novo lugar no processo de escolarização para se pensar as formas reais de produção de conhecimentos.

O Projeto Pedagógico foi o documento escolhido para as análises, por se instituir como o conjunto de definições doutrinárias (princípios, fundamentos e procedimentos pedagógicos) que delineiam o paradigma curricular de um curso; deve observar, portanto, o determinado nas Diretrizes Curriculares Nacionais e Diretrizes Curriculares Gerais e Específicas dos Cursos de Graduação, considerando a respectiva área do conhecimento, como também seus paradigmas, níveis de abordagem, perfil do formando, competências e habilidades, conteúdos ou tópicos de estudos, estrutura e duração dos cursos, estágios, práticas e atividades complementares, sistema de avaliação, aproveitamento de estudos extracurriculares, interação com a avaliação institucional como eixo balizador para o credenciamento e avaliação da instituição, para autorização e reconhecimento de curso, bem como suas renovações; torna-se, portanto, documento importante ao credenciamento e reconhecimento de cursos pelo MEC, uma vez que sua formulação objetiva difundir os princípios curriculares adotados por uma Instituição.

### 1.1. A pesquisa institucional – análise dos projetos pedagógicos do curso de letras

A análise dos recortes dos Projetos Pedagógicos do Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ 2005-2006-2007 [PPCL] busca explicitar as condições em que a pesquisa é instituída, uma vez que as escolhas lexicais, no simbólico, não são aleatórias, mas indícios do funcionamento da memória de sentidos que ressignificam e normalizam a língua e os indivíduos; assim como entender a posição-sujeito que se constitui nas situações de enunciação de pesquisa enquanto **espaço real de produção de conhecimento frente às relações sociais** quando essa se torna a prática adotada por um corpo docente formado, basicamente, por professores-pesquisadores, cuja formação se deu em níveis de doutoramento oferecido pelo IEL/UNICAMP, FALE/UFMG, UFRJ, PUC/RIO-SP.

Nessa perspectiva, o texto [os recortes dos PPCL] enquanto objeto de análise é o lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade, afetado pela ideologia, que se materializa na/pela língua e se ressignifica pela formulação dos sujeitos e com os sujeitos. Nesse sentido, o discurso pode ser considerado também como o lugar do trabalho da língua e da ideologia. A análise, nessa linha teórica discursiva, permitirá que percebamos como um texto/dizer funcionam, como produzem sentidos enquanto objeto linguístico-histórico. Um dos **Objetivos Gerais da ‘UNIVERSIDADE X’** é desenvolver a pesquisa, ancorada na extensão, para fundamentar o ensino; propomo-nos, então, a partir dos recortes que analisamos, interpretar as discursividades movimentadas por uma Instituição que pretende garantir sua autonomia fundamentada nos pilares ‘pesquisa, extensão e ensino’, assim como buscar compreender o jogo que rege as normas de funcionamento e métodos de controle e de sujeição, ou seja, institucionalizam-se técnicas de classificação, em uma relação com a constituição de um domínio de saber com seus objetos, proposições, definições, regras, instrumentos (FOUCAULT, 1996, 1999).

#### 1.1.1 Análise discursiva dos Projetos Pedagógicos do Curso de Letras [PPCL]

Nossas análises, objetivando compreender esse deslocamento do sentido de pesquisa proposto e desenvolvido pelo Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ fundamentar-se-ão na noção de paráfrase e polissemia proposta por Orlandi (1998), para quem a relação entre a paráfrase e a polissemia é contraditória, posto que ambas ocupam um lugar de tensão

discursiva, um eixo que estrutura o funcionamento da linguagem. Para essa autora, um processo não existe sem o outro, o que conduz a uma diferença necessária e constitutiva: a paráfrase, em termos discursivos, é a reiteração, o uso do *mesmo*; a polissemia, produção da *diferença*.

Partindo desses pressupostos, pretendemos compreender a constituição dos sentidos a partir do funcionamento da paráfrase e da polissemia; para isso, focaremos a relação entre o mesmo e o diferente, a produtividade e a criatividade na linguagem, considerando que o lugar de fala é fundamental e está relacionado ao plano social, pois "tomar a palavra é um ato social com todas as suas implicações: conflitos, reconhecimentos, relações de poder, constituição de identidades, etc. (...) pois todo falante ocupa um lugar na sociedade, e isso faz parte da significação" e, por isso mesmo, a estratégia discursiva deve prever "situar-se no lugar do ouvinte a partir de seu próprio lugar de locutor" (ORLANDI, 1988a, p. 17). Para a autora, as formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e condicionam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dada. As palavras mudam de sentido ao passarem de uma formação discursiva para outra, pois muda sua relação com a formação ideológica.

Os primeiros recortes que analisaremos abordam a questão da pesquisa e incluem-se na Secção Objetivos Específicos da 'UNIVERSIDADE X'. O recorte [1] foi encontrado nos PPCL 2005/2006/2007, os recortes [2] e [3] foram encontrados nos PPCL 2005/2006.

[1] Cooperar com entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais, na realização de **pesquisas**, na elaboração de projetos e na prestação de serviços.

[2] Estender à comunidade local e regional, sob forma de cursos e/ou serviços, as suas atividades de ensino e os resultados das **pesquisas** realizadas.

[3] **Para a cabal consecução de sua finalidade**, assegurar plena liberdade de **pesquisa**, ensino e extensão, em suas várias formas de expressão e linguagem, permanecendo aberta ao diálogo com todas as correntes do pensamento, e contribuindo para visão multicultural de nosso tempo.

Nos recortes [1] e [2], os Objetivos Específicos da 'UNIVERSIDADE X' definem a **pesquisa** como possibilidade de cooperação a entidades públicas e privadas assim como de prestação de serviços à comunidade local e regional, sob forma de cursos e/ou serviços, sendo, portanto, o lugar que concede à 'UNIVERSIDADE X', enquanto Fundação Comunitária, **garantia de que se desenvolva a filantropia**; no recorte [3], em que assegurar

a liberdade de **pesquisa**, ensino e extensão é **garantia de autonomia universitária**, a pesquisa tem a finalidade de garantir à ‘UNIVERSIDADE X’ o status de UNIVERSIDADE. Os três recortes apresentados mostram o efeito do discurso institucional dentro do que se pretende ser o discurso pedagógico do Curso de Letras, ou seja, há um espaço destinado à fala da Instituição para instituir a **pesquisa** que ora se define como **garantia de autonomia universitária**, ora se define como **garantia da identidade de fundação comunitária**. A prática da pesquisa institui, assim, o lugar do discurso autoritário, a presença do objeto se oculta no dizer do detentor do poder que, supondo-se agente único, faz dos seus possíveis interlocutores, ouvintes e/ou repetidores. Posto assim, a universidade, enquanto proposta de se constituir um espaço de produção de conhecimentos, é um dos espaços onde o discurso autoritário se manifesta mais concretamente na circularidade que fortalece a perspectiva institucional: a valorização da uniformidade (mesmo que superficial), confirmando o já-dito, seja com outras palavras (via paráfrase), seja como mera repetição.

A palavra autonomia, que vem do grego, é composta do prefixo *auto*, que significa próprio, e do radical *nomia*, que significa regra. É essencialmente política essa concepção de se governar por si mesmo. Apesar de precariamente regulamentado em 1988, o Artigo 207 da Constituição Brasileira não deixa dúvidas: "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa, de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988). Os recortes [1] [2] [3] constituem-se, portanto, uma paráfrase do artigo 207 da Constituição Brasileira, uma vez que a pesquisa no Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ ao reproduzir a proposta da Instituição, reproduz, conseqüentemente, os sentidos considerados ideologicamente na Constituição Brasileira; a **pesquisa** que ora se define como **garantia de autonomia universitária**, ora se define como **garantia da identidade de fundação comunitária** é, pela formulação do discurso da Instituição, o retorno aos mesmos espaços do dizer, a produção de diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado (ORLANDI, 1999).

Passemos, agora, aos recortes que tratam especificamente da pesquisa nas práticas do Curso de Letras: o recorte [4] foi extraído da Seção Linhas de Pesquisa, encontrada no PPCL 2005; o recorte [5] foi extraído da Seção Iniciação à Pesquisa, encontrada no PPCL 2006; o recorte [6] foi extraído da Seção Perfil do Egresso, encontrada no PPCL 2007.

[4] **As linhas de pesquisa** a serem desenvolvidas neste curso se baseiam nas tendências presentes nas leituras contemporâneas, bem como nas áreas de concentração da produção científica do corpo docente. O Curso de Letras

realiza todos os anos diversas atividades e já foram implementadas no curso **alguns projetos de pesquisa e extensão**.

[5] As **pesquisas se consolidam** na produção de trabalhos e publicações de artigos. Os **professores–alunos devem participar** do Programa de Iniciação Científica Institucional, acompanhados do professor responsável pelo projeto de pesquisa ao qual o aluno esteja vinculado.

[6] Sustentado pelas propostas contidas em seus objetivos, o Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ oferece condições que garantam que o perfil do profissional de Letras contemple a interface pesquisa/ensino, daí a **necessidade de se estreitar cada vez mais os laços com os professores doutores que atuam no curso de Pós-graduação da ‘UNIVERSIDADE X’** (Mestrado em Letras), respeitando-se as particularidades de cada um dos níveis (Graduação/Pós-Graduação) no que se refere à ênfase atribuída a certos conhecimentos e capacidades mais específicos. Para atender a essa concepção, o Curso de Letras oferece uma formação sólida oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão, e incentivando a articulação com outros cursos de graduação e com a pós-graduação na área; assim como cria oportunidades pedagógicas que propiciem o desenvolvimento da **autonomia do aluno** dentro da multidisciplinaridade dos diversos saberes que compõem a formação universitária em Letras.

Em [4], as **linhas de pesquisa** marcam, nas diversas atividades que o Curso de Letras realiza, um lugar de indefinição, uma vez que se constituirão a partir de tendências presentes nas leituras contemporâneas – que leituras [?], quais tendências [?]; a indefinição se confirma com a enunciação de ‘**já** foram implementadas no curso **alguns** projetos de pesquisa e extensão’. A indefinição que enuncia o pronome indefinido **alguns** confirma a indeterminação que marca as linhas de pesquisa – ‘**alguns** projetos de pesquisa e extensão’: quais projetos [?], ligados a que linha de pesquisa [?] -; assim, a pesquisa realizada no curso de Letras, ao constituir-se como o lugar do indeterminado, marca, também, o lugar do não comprometimento com a pesquisa em si mesma, mas o comprometimento com sua realização a fim de atender à solicitação da Instituição de que ela precisa existir. A certeza que enuncia o advérbio de tempo **já** (‘**já** foram implementadas no curso’) confirma o cumprimento das determinações institucionais em relação à prática indispensável da pesquisa, ou seja, a pesquisa não tem linhas de pesquisas definidas, mas se realizará a partir de tendências presentes nas leituras contemporâneas. Podemos afirmar, por essas análises, que a pesquisa realizada no Curso de Letras ainda se constitui como o lugar que marca a fala da Instituição de que a pesquisa precisa existir, mesmo sem as linhas de pesquisa definidas, e precisará existir uma vez que se constitui **garantia de autonomia universitária e garantia da identidade de fundação comunitária**.

É, ainda, no recorte [4], que podemos verificar que a pesquisa, enquanto lugar de ‘indefinição, é paráfrase, possibilitando a reformulação dos sentidos do discurso institucional/constitucional e, representa, assim, o retorno aos mesmos espaços do dizer: há um retorno ao mesmo espaço dizível (paráfrase) – o mesmo, ainda que considerada a variedade da situação e dos locutores.

Em [5], a pesquisa é dada como uma prática institucional indefinida, porém certa: **‘as pesquisas se consolidam** na produção de trabalhos e publicações de artigos’. A indefinição marca novamente o lugar da Instituição – **‘os professores–alunos devem participar do Programa de Iniciação Científica Institucional acompanhados do professor responsável pelo projeto de pesquisa’**: há uma obrigatoriedade instituída para um trabalho ainda indefinido, mas que se auto definirá para cumprir as regras previamente estabelecidas pela Instituição. Portanto, em [5], a pesquisa enquanto lugar de uma ‘prática institucional indefinida, porém certa’ parafraseia, mais uma vez, os sentidos do discurso institucional/constitucional. Desta maneira, o locutor, ao mesmo tempo em que é um sujeito livre para definir os sentidos, é também "submetido às regras das instituições" (ORLANDI, 1988b). Assim, no processo discursivo, vão se formando "famílias parafrásticas que significam", pois "dizer não é apenas do domínio do locutor, pois tem a ver com as condições em que se produz e com outros dizeres. Em suma: o dizer tem história". Isto é, um texto tem relação com outros textos (intertextualidade) e "há sedimentação de sentidos, seguindo as condições de produção da linguagem" (ORLANDI, 1988c, p.12).

As enunciações propostas em [4] - **a pesquisa enquanto lugar de indefinição, mas de realização** - e em [5] - **a pesquisa enquanto lugar de uma prática institucional indefinida** - confirmam que sempre será possível se construir um discurso inscrito numa ideologia dominante, produzindo efeitos de sentidos previsíveis, repetíveis, legítimos, caracterizando um discurso parafrástico. Esse efeito do sentido é próprio da ideologia, que, de certa maneira, apresenta o sentido de forma cristalizada, sedimentada. Isso pode ser visto nos recortes [4] e [5], em que a pesquisa proposta pelo Curso de Letras reproduz os sentidos considerados ideologicamente no discurso que constitui a pesquisa institucional/constitucional - **garantia de autonomia universitária e garantia da identidade de fundação comunitária**; reiteramos, dessa forma, a posição de Orlandi (1999) de que os processos parafrásticos são aqueles pelos quais, em todo dizer, há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória.



Em [6], a interface pesquisa/ensino constitui um lugar próprio dentro do Curso de Letras e se define como o lugar que possibilita o desenvolvimento da **autonomia do aluno**, oportunizando a experiência com o ensino, a pesquisa e a extensão, e incentivando a articulação com outros cursos de graduação e com a pós-graduação na área. Há, portanto, um deslocamento do sentido de pesquisa que se constitui, em [6], como o lugar de desenvolvimento da autonomia do aluno a partir de oportunidades pedagógicas que lhe possibilitam construir seus conhecimentos mediante sua realidade. A autonomia do aluno é, portanto, definida pela interface pesquisa/ensino, o que determina a **necessidade de se estreitar cada vez mais os laços com os professores doutores que atuam no curso de Pós-graduação da ‘UNIVERSIDADE X’** (Mestrado em Letras). O deslocamento do sentido de pesquisa marca a presença de outras posições-sujeito: o aluno autônomo / o professor-doutor. Há, portanto, uma ressignificação de pesquisa, que se constitui em [6] como **espaço real de produção de conhecimento frente às relações sociais** a partir do deslocamento da forma-sujeito; a pesquisa enquanto prática do Curso de Letras com objetivos próprios para o Curso de Letras constitui-se o lugar da polissemia; há nesse sentido um deslocamento, uma ruptura dos processos de significação, uma vez que se desloca do lugar de pesquisa constituído pela Instituição. Por conseguinte, ao sentido de pesquisa, em [6], marca um deslocamento de sentidos (polissemia), nas mesmas condições de produção imediata: o diferente.

Pensaremos esse deslocamento marcado pela polissemia a partir da análise dos recortes que marcam a constituição da forma-sujeito: o recorte [7] foi extraído da Seção Perfil do Graduando do Curso de Letras, encontrada no PPCL 2005; o recorte [8] foi extraído da Seção Do Curso de Letras, Objetivos, encontrada no PPCL 2006; o recorte [9] foi extraído da Seção Filosofia e Objetivos do Curso de Letras, encontrada no PPCL 2007.

[7] Especificamente, o perfil do graduando em Letras deverá incluir:  
h. **capacidade de operar, como professor, pesquisador e consultor**, com as diferentes manifestações linguísticas possíveis.

[8] O curso também **capacita o graduando a dar continuidade à sua formação acadêmica, através da pesquisa no Curso de Pós Graduação em Letras**, especificamente nas áreas dos Estudos Linguísticos e Literários.

[9] O objeto de estudo do Curso de Letras é a linguagem; assim, **não se concebe um professor que não seja também pesquisador**, de modo a romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. Não se admite também um pesquisador na área da linguagem que não tenha uma formação mínima que lhe possibilite uma visão mais ampla do universo onde vai atuar,

contemplando também aspectos voltados para o ensino, uma vez que o trabalho com pesquisa na área da linguagem requer, em determinadas situações, também o olhar do educador.

Em [7], o graduando deverá ter a capacidade de operar, como **professor, pesquisador e consultor**; as funções de professor, pesquisador e consultor estão postas como somatórias, a independência sintática marca também uma independência semântica, uma vez que, sob uma perspectiva discursiva, tais funções são tidas como atividades distintas, ou seja, o Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ preparará o aluno para ser ou professor, e/ou pesquisador, e/ou consultor.

Em [8], o curso “também” **capacita o graduando a dar continuidade à sua formação acadêmica, através da pesquisa no Curso de Pós Graduação** em Letras; o ‘também’ enuncia a pesquisa como algo que deve/pode se somar àquilo que de fato constitui o Curso de Letras, o ensino. A pesquisa está, portanto, em nível de capacitação e se realizará, de fato, se o graduado [professor] der continuidade à sua formação acadêmica no Curso de Pós Graduação; logo, a pesquisa deve constituir seu lugar na Pós- Graduação, lugar em que o professor terá a possibilidade de vir a ser um pesquisador.

No recorte [9], está claro o deslocamento da posição-sujeito enunciada em [7] [8]; não se concebe um professor que não seja ‘também’ pesquisador, o ‘também’ enuncia uma dependência semântica entre ser professor/ser pesquisador, uma vez que, sob uma perspectiva discursiva, tais funções são tidas como atividades correlacionadas, ou seja, o Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ preparará o aluno para ser professor-pesquisador. Assim, em [9], o graduado no curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ é um professor-pesquisador, capaz de romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. A pesquisa se constitui em [9] como o lugar de autonomia do aluno, como **espaço real de produção de conhecimento frente às relações sociais**.

Em Pêcheux (2001), as posições-sujeito não funcionam como rótulos que etiquetam para sempre; um indivíduo ao constituir-se como sujeito não o faz uma vez e para sempre, mas constitui-se como sujeito em diferentes momentos e situações. Partindo desse princípio, a posição-sujeito é uma relação de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito do saber; ser professor, ser pesquisador, ser consultor, ser professor-pesquisador marcam, portanto, práticas sociais diferentes e posições-sujeito diferentes do graduado do Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’; assim, em [9], o graduado no curso de Letras da

‘UNIVERSIDADE X’ marca uma identificação com um sujeito do saber de uma Formação Discursiva determinada pela condição de professor-pesquisador o que constitui, no recorte [9], um deslocamento da posição-sujeito enunciada em [7] [8].

### **Considerações finais**

Falar de ‘Universidade e Pesquisa’ é, na verdade, tratar da questão “Universidade e Sociedade”, da Universidade significada como geradora do conhecimento e da cultura, e formadora de recursos humanos para a ciência e para a tecnologia. É, em nível mais fundamental, discutir o papel da Universidade como instituição que, com base no conhecimento acumulado, no estudo da evolução da cultura e das civilizações, deve continuamente realizar autonomamente a análise e a reflexão crítica da sociedade.

A partir desses pressupostos, podemos retomar Orlandi (1980), para quem o discurso pedagógico é circular, define-se como um dizer institucionalizado, assegurando a instituição em que se origina e para a qual tende a escola; assim, ao deslocar-se, a pesquisa no Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ constituiu um lugar em que convivem ao mesmo tempo o polissêmico e o parafrástico; parafrástico porque sempre retoma sentidos outros (não se constitui discurso fundador) e polissêmico porque ao retomar o já dito, estabelecemos o novo: é outro discurso, outros sentidos afetados histórica e ideologicamente. Ao historicizar o discurso pedagógico, o sujeito interpretante abre espaço na memória para novo sentido ou não; para Foucault (1972), a análise do campo discursivo deve ser orientada para compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; o enunciado, que é um acontecimento singular, ao mesmo tempo está aberto à repetição, à transformação e à reativação e, assim, está ligado não somente à situação concreta que o provocou e a enunciados que o precederam, mas também àqueles que o seguem; assim, enunciados diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto se eles se referem a um único e mesmo objeto.

É pela ideologia que nos constituímos sujeitos, os enunciados apenas marcam o a posição-sujeito que ocupamos; logo os discursos, materializados em textos são resultados da interpelação dos indivíduos em sujeitos de seu discurso; assim, as formações discursivas representam, ‘na linguagem’, as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1988, p. 161). Partindo dessa concepção, podemos afirmar que a polissemia se

instaura, a partir dos deslocamentos de pesquisa e das posições-sujeito docente/graduado e, por conseguinte, o professor-pesquisador tem, por meio da pesquisa, autonomia para romper com o círculo vicioso de mero repetidor de informações ou repassador de conteúdos previamente oferecidos nos manuais didáticos disponíveis em larga escala no mercado. Nesse sentido a pesquisa passa a se constituir, dentro da proposta pedagógica do Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’, a base do processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar implica ter acesso a formulações teóricas atualizadas e posicionar-se criticamente frente às informações, o que, necessariamente, provoca um movimento que vai da formatação à formação de conhecimentos com base nas necessidades reais dos grupos sociais: todo conhecimento é uma construção individual mediada pelo social.

O processo de ensino-aprendizagem proposto pelo corpo docente do curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ deve ser, portanto, uma possibilidade de transformação, em que múltiplas vozes atendem, de fato, à diversidade cultural e possibilitam a real democratização do conhecimento. Assim, a pesquisa, ao significar no Curso de Letras ‘UNIVERSIDADE X’ espaço real de produção de conhecimento frente às relações sociais, está em consonância com as Diretrizes Nacionais: a dimensão da pesquisa não deve significar apenas um espaço de ação institucional, mas uma prática constante e inerente ao próprio processo de ensinar e de aprender, perpassando todos os momentos da formação. Dessa maneira, essa significação da pesquisa, redefinindo o currículo educacional do Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’, coloca-se em sintonia com a LDB e Parâmetros Curriculares Nacionais, uma vez que esses visam implementação de uma proposta pedagógica que atenda, ao mesmo tempo, ao desenvolvimento de competências e de habilidades específicas da formação dos licenciandos, assim como ao desenvolvimento da capacidade de pesquisar [selecionar informações, constituir e analisar um corpus e, então, formular questões que promovam, de fato, a autonomia intelectual para buscar e construir os conhecimentos e as práticas]: processo que transcende o ato reprodutivo e repetitivo de memorização - comum, até então, aos Cursos de Licenciaturas (BRASIL, 1999, 1999a).

A concepção do professor em relação ao que é o conhecimento determina, assim, o seu processo de ensino, logo o conhecimento como uma proposta de ação-reflexão-ação deve se tornar a diretriz de ações pedagógicas que privilegiam a aprendizagem, uma vez que, ainda, é muito forte, em especial nas escolas tradicionais, a visão ontológica do conhecimento: isso significa dizer que permanecem, em grande escala, orientações metodológicas e pedagógicas

que tratam os objetos do conhecimento como eles são em si mesmos, independentemente do sujeito que os observa e os estuda.

A pesquisa no Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’, no que tange ao **espaço real de produção de conhecimento frente às relações sociais**, se desponta como suporte imprescindível ao processo educacional e se constitui, dentro de uma parceria real do ensino-aprendizagem, processo que mobiliza interação/análise/conclusão/produção; deve, pois, substituir as atividades que primavam a simples reprodução de dados e se constituir como lugar de destaque dentro e fora da sala de aula, possibilitando, aos acadêmicos, capacidade de síntese, de análise e de crítica que viabilize a resolução de problemas em contextos novos e imprevisíveis. Assim, a pesquisa no Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’, ao se definir como o lugar de sustentação às competências referentes ao conhecimento de processos de investigação que possibilitem o aperfeiçoamento da prática pedagógica, reproduz o sentido de pesquisa proposto na LDB e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Esse sentido dá ao Currículo Educacional do Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ um lugar de legitimação, pois reproduz os sentidos aceitos ideologicamente na LDB e nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O deslocamento da posição-sujeito no Curso de Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ - do DOCENTE: de professor para professor-doutor / do GRADUADO: de professor para professor- pesquisador – marca um lugar institucional nacional determinado pelo dispositivo da LDB/96 que determina que a Universidade precisa ter 1/3 [33%] dos docentes em regime de dedicação integral a fim de desenvolverem a pesquisa e oferecerem melhores condições de ensino. Desde que “o parque científico e tecnológico brasileiro atingiu sua maior velocidade de crescimento durante os anos 70, que teve como base institucional principal as universidades públicas e como *locus* privilegiado os programas de pós-graduação” (DURHAM e GUSSO, 1991), o professor-doutor era um privilégio das Universidades Públicas; diante da exigência da LDB/96, o professor-doutor passa a ser uma necessidade da Universidade Brasileira que precisa cumprir tal exigência para garantir seu status de Universidade e não perder sua autonomia para ampliar/abrir cursos sem prévia autorização. De acordo com a lista apresentada pelo INEP/MEC<sup>3</sup>, contendo os percentuais de professores com dedicação integral nas Universidades, a ‘UNIVERSIDADE X’ aparece com 37% dos professores em regime integral, há, no entanto, Universidades que estão abaixo da média

---

<sup>3</sup> Considerar período de 2005 a 2007.

exigida; esses percentuais revelam que somente a necessidade das Universidades de garantir **sua autonomia universitária** fez com que professores-doutores passassem a constituir parte significativa do corpo-docente de cursos de licenciaturas em universidades privadas; suas presenças vêm marcar a legitimidade da universidade moderna que se fundou na conquista da ideia de autonomia e da produção de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. A autonomia se constituiu em pressuposto básico da necessária liberdade para a produção plena do conhecimento, da produção científica e tecnológica, uma vez que a universidade precisa estar inserida em projetos de desenvolvimento nacional e regional que legitimem a sua existência.

Falar de ‘Universidade e Pesquisa’ é, na verdade, tratar da questão “Universidade e Sociedade”, da Universidade significada como geradora do conhecimento e da cultura, e formadora de recursos humanos para a ciência e para a tecnologia. É, em nível mais fundamental, discutir o papel da Universidade como instituição que, com base no conhecimento acumulado, no estudo da evolução da cultura e das civilizações, deve continuamente realizar autonomamente a análise e a reflexão crítica da sociedade.

No artigo 14 das Diretrizes Curriculares Nacionais é enfatizada a necessidade de uma maior flexibilidade dos cursos de graduação em Letras; esse mesmo artigo, em seu parágrafo primeiro, afirma que “a flexibilidade abrangerá as dimensões teóricas e práticas de interdisciplinaridade, dos conhecimentos a serem ensinados, dos que fundamentam a ação pedagógica, da formação comum e específica, bem como dos diferentes âmbitos do conhecimento e da autonomia intelectual e profissional” (BRASIL, 1988). A concepção do professor em relação ao que é o conhecimento determina, assim, o seu processo de ensino, logo o conhecimento como uma proposta de ação-reflexão-ação deve se tornar a diretriz de ações pedagógicas que privilegiam a aprendizagem, uma vez que, ainda, é muito forte, em especial nas escolas tradicionais, a visão ontológica do conhecimento: isso significa dizer que permanecem, em grande escala, orientações metodológicas e pedagógicas que tratam os objetos do conhecimento como eles são em si mesmos, independentemente do sujeito que os observa e os estuda.

A partir desses pressupostos, podemos retomar Orlandi (1980), para quem o discurso pedagógico é circular, define-se como um dizer institucionalizado, assegurando a instituição em que se origina e para a qual tende a escola; assim, ao deslocar-se, a pesquisa no Curso de

Letras da ‘UNIVERSIDADE X’ constituiu um lugar em que convivem ao mesmo tempo o polissêmico e o parafrástico; parafrástico porque sempre retoma sentidos outros (não se constitui discurso fundador) e polissêmico porque ao retomar o já dito, estabelecemos o novo: é outro discurso, outros sentidos afetados histórica e ideologicamente. Ao historicizar o discurso pedagógico, o sujeito interpretante abre espaço na memória para novo sentido ou não; para Foucault (1972), a análise do campo discursivo deve ser orientada para compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; o enunciado, que é um acontecimento singular, ao mesmo tempo está aberto à repetição, à transformação e à reativação e, assim, está ligado não somente à situação concreta que o provocou e a enunciados que o precederam, mas também àqueles que o seguem; assim, enunciados diferentes em sua forma, dispersos no tempo, formam um conjunto se eles se referem a um único e mesmo objeto.

A concepção do professor em relação ao que é o conhecimento determina, assim, o seu processo de ensino, logo o conhecimento como uma proposta de ação-reflexão-ação deve se tornar a diretriz de ações pedagógicas que privilegiam a aprendizagem, uma vez que, ainda, é muito forte, em especial nas escolas tradicionais, a visão ontológica do conhecimento: isso significa dizer que permanecem, em grande escala, orientações metodológicas e pedagógicas que tratam os objetos do conhecimento como eles são em si mesmos, independentemente do sujeito que os observa e os estuda.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988. (Atualizada até a EC 48/05).
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental; Língua Portuguesa*. Brasília: MEC/SEMTEC, 1999.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parâmetros Curriculares Nacionais. Ensino Médio; linguagens, códigos e suas tecnologias; Línguas Estrangeiras Modernas*. Brasília: MEC /SEMTEC, 1999a.
- CURY, C. R. J. *Lei de Diretrizes e Bases da educação*. 8. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2004.
- DURHAM, E. e GUSSO, D. *Pós-Graduação no Brasil: problemas e perspectivas*. Brasília, Capes, 1991, mimeo.
- DURHAM, E. *A Política para o Ensino Superior ante o Desafio do Novo Século*. In: CATANI, A. M. (org.) *Novas Perspectivas nas Políticas de Educação Superior na América Latina no Limiar do Século XXI*. Campinas: São Paulo: Autores Associados, 1998.

- FOUCAULT, M. *A Arqueologia do Saber*. Petrópolis Lisboa: Vozes - Vozes Centro do Livro Brasileiro, 1972.
- FOUCAULT, M. *A Ordem do Discurso*; tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 1996.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*; tradução de Raquel Ramallete. 36. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999
- ORLANDI, E.P. *O discurso pedagógico: a circularidade*. Estudos Linguísticos. p.157-169, 1980.
- ORLANDI, E.P. *A história do sujeito leitor: uma questão para a leitura*. In: ORLANDI, org. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988a.
- ORLANDI, E.P. *As histórias das leituras*. In: ORLANDI, org. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988b.
- ORLANDI, E.P. *O inteligível, o interpretável e o compreensível*. In: ORLANDI org. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Cortez e Editora da Unicamp, 1988c.
- ORLANDI, E.P. *Paráfrase e polissemia – a fluidez nos limites do simbólico*. In: RUA. Campinas: Unicamp, 1998.
- ORLANDI, E.P. *Do sujeito no histórico e no simbólico*. In: Contextos epistemológicos da análise do discurso. Escritos, 4. Campinas: Labeurb/Nudecri –UNICAMP, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi et alii. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.
- PÊCHEUX, M. *Análise Automática do Discurso (AAD-69)*. Tradução de Bethania MARIANI. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de M. Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

**Artigo recebido em fevereiro de 2014.**

**Artigo aprovado em junho de 2014.**